

MUNICÍPIO
DE PEDRAS GRANDES

RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE
CONTROLE INTERNO
DO PODER EXECUTIVO

EXERCÍCIO DE 2017

RESPONSÁVEL: ALINE PIGNATEL

ANEXO II

RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO QUE ACOMPANHA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO (Art. 8ºDa IN 20 TCESC)

Conforme prevê a *Instrução Normativa n.º TC-20/2015 de 31 de agosto de 2015, art. 7º, II e art. 8º e da Portaria n.º TC-362/2016 de 05 de julho de 2016*, da Egrégia Corte de Contas do Estado de Santa Catarina, encaminha-se o Relatório sobre as Contas de Governo relativamente ao Exercício de 2017.

O Controle Interno do **Município de PEDRAS GRANDES**, está sendo exercido pelo responsável pelo Controle Interno na estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal.

I - Informações e análise sobre matéria econômica, financeira, administrativa e social relativa ao Município, inclusive mediante utilização de indicadores quando definidos pelo Tribunal de Contas e disponibilizados em seus sistemas eletrônicos:

a) Análise da situação Econômica e financeira do Município:

Com base no anuário 2017 do índice de efetividade de gestão municipal organizado pelo TCE o município encontra-se em mais de 50% em fase de adequação de gestão e aproximadamente 30% está em fase de efetiva gestão.

| | | | |
|----|--------------------------------------|--|-------|
| 1) | Liquidez Financeira | Ativo Financeiro/Passivo Financeiro | 2,25% |
| 2) | Liquidez Corrente | AC – Estoque-Disp.Antecipada/PC | 2,25% |
| 3) | %Despesa corrente s/receita corrente | Despesas Correntes/ Receitas Correntes | 1,60% |
| 4) | Evolução do PL | PL Final/PL Inicial | 1,43% |

b) Análise sobre a situação administrativa:

Política de RH:

- *Informar como é feito o controle do ponto dos servidores: Através de Livro Ponto.*

- *Política de treinamentos:*

A medida que vai surgindo a necessidade ou os cursos que surgem, vão sendo oferecidos aos servidores municipais.

- *Se foram realizadas reformas de planos de cargos e carreiras, reformas administrativas, estatuto, etc.:*
Foi realizada reforma de planos de cargos e carreiras do Magistério no exercício de 2013. Demais servidores públicos foi criado plano de cargos e carreiras no exercício de 2014.

Condições de trabalho:

- *materiais de trabalho como mobiliário, infraestrutura de tecnologia (redes, internet, servidores):*
As condições de trabalhos aos servidores municipais estão de acordo com as necessidades de cada setor.
- Para órgãos públicos que possuem servidores vinculados ao regime geral de previdência social (INSS) mas que não possuem servidores celetistas (regime trabalhista da CLT):
PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário – periodicidade de atualização anual e entrega ao servidor quando da exoneração:
É entregue ao servidor quando solicitado.
CAT – Comunicação de acidente de trabalho – periodicidade de envio no dia seguinte ao acidente ou no mesmo dia se do acidente ocasionou óbito do segurado:
É realizado no mesmo dia.

Processos internos:

O município de Pedras Grandes não possui processos internos organizados. A comunicação é realizada através de reuniões informais comunicadas in loco. Algumas informações concretas como horários de funcionamento dos departamentos do Município são publicadas através de decretos no mural do Paço Municipal.

c) *Análise da atuação da gestão em relação aos aspectos sociais*

ASSISTÊNCIA SOCIAL

20 à 22 de fevereiro de 2017:

Tema: “Cuidar de Mim...Cuidar de Ti”: Mobilização pela conscientização sobre a prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis e gravidez indesejada.

Essa mobilização chama a atenção da população sexualmente ativa para o uso do preservativo na hora da relação sexual, com o objetivo de prevenir DST bem como gravidez indesejada.

Foram deixados kits contendo camisinha masculina e feminina e lubrificante na prefeitura municipal, a escolha desse local deu-se pelo fluxo de munícipes diariamente neste setor. Também houve a distribuição destes kits pela equipe do CRAS aos motoristas em frente ao CRAS, bem como ficaram disponíveis kits na sede do CRAS.

Essa mobilização aconteceu de 20 à 22 de fevereiro, semana de Carnaval, por ser uma época em que as redes de comunicação dão ênfase ao assunto.

Realização: Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, Departamento Social e CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

18 de maio de 2017:

Tema: Mobilização Municipal ao combate ao abuso e a exploração sexual contra crianças e adolescentes.

A campanha tem o objetivo de sensibilizar e orientar a população sobre o tema, buscando articular a relação entre Governo e sociedade civil. A abertura oficial da campanha aconteceu na parte da tarde no Centro de Convivência Arcanjo Gabriel com palestra ministrada por Marlene Beckhauser de Souza, Pedagoga, psicopedagoga clínica e Institucional, mestra em Educação, doutoranda em Educação, professora do ensino superior, palestrante e mediadora de cursos na área educacional, psicopedagógica e motivacional seguido de uma passeata no centro da cidade. Na data é comemorado o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Realização: O CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), Conselho Tutelar e a Prefeitura Municipal de Pedras Grandes

27 de agosto de 2017:

Tema: As diferentes áreas que o psicólogo pode atuar.

Entrevista na rádio com as Psicólogas(as) Cristina Martins Antunes, Vitória A. Cavagnoli e Grasiani de Oliveira, com o objetivo de informar e conscientizar a população que o trabalho do Psicólogo é de base científica e que o mesmo não trabalha apenas em atendimento clínico e individual e sim pode trabalhar em diversas outras áreas. Foi esclarecido sobre as duas áreas (Saúde e Assistência Social) que as Psicólogas do Município trabalham e qual a sua função em cada uma delas.

Realização: Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, Departamento Social e CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

12 de setembro de 2017:

Tema: Setembro Amarelo – Prevenção ao Suicídio

O evento foi realizado no Centro de Convivência Arcanjo Gabriel fno período da tarde e teve como objetivo informar a população que é possível identificar sinais que antecedem um suicídio podendo salvar uma vida e conscientizá-las de que é preciso buscar ajuda profissional. Foi servido um café de encerramento.

Realização: Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, Departamento Social e CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

EDUCAÇÃO

01-ATENDIMENTO PSICOLÓGICO:

A contribuição da Psicologia (do Desenvolvimento, Aprendizagem, Ensino, Social), para melhorias nos processos de ensino e de aprendizagem para alunos com dificuldades comportamentais, de conflitos de cunho familiar e social.

A Secretaria de Educação disponibilizou carro e motorista para buscar os alunos na escola da rede municipal e lavá-los aos atendimentos psicológicos semanais.

Esses atendimentos foram realizados nas dependências da Secretaria da Saúde do município de Pedras Grandes, pela psicóloga da mesma.

02- VIAGEM DE ESTUDO:

Essa viagem tem como objetivo propiciar aos alunos conhecimento e visitas a pontos turísticos, bem como observarem os sítios históricos que os colocam em contato com os temas e processos históricos explorados nas disciplinas ministradas em sala de aula. Integrando a aprendizagem teórica desenvolvida no decorrer da disciplina com o conhecimento prático.

- Escola Municipal de Ensino Fundamental Ilhota, para o museu ao ar livre em Orleans;

O município: Disponibilizou ônibus e motorista para a viagem;

A escola: Ofereceu lanches e foram feitos trabalhos em grupos e individuais que foram expostos na escola, após a viagem.

03- DESFILE CÍVICO:

Tem como objetivo valorizar atitudes cívicas colaborando para o exercício da cidadania, estimulando os valores cívicos e o compromisso com a cidadania.

O município: Disponibilizou de transporte escolar para todos os estudantes tanto da rede municipal como estadual participarem do desfile cívico.

A Secretaria de Educação forneceu materiais para as escolas confeccionarem “roupas” para os pelotões cada qual abordando um tema específico.

Comprou peles para os tambores, uniformes para os integrantes da Banda e balizas.

Este ano convidamos alunos da Escola Estadual Professor João Batista Becker de Azambuja e da Escola de Educação Básica Imaculado Coração de Maria do centro, bem como jovens voluntários do município para fazerem parte da Banda Municipal. Este desfile contou com a presença de todas as escolas da rede estadual, municipal desde a Creche aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental bem como todas as entidades do município foram convidadas.

04. ATENDIMENTO DA FONOAUDIÓLOGA:

Tem como objetivo contribuir para a promoção, aprimoramento, e prevenção de alterações dos aspectos relacionados à audição, linguagem (oral e escrita), motricidade oral e voz e que favoreçam e otimizem o processo de ensino e aprendizagem.

A Secretaria de Educação disponibilizou carro e motorista, para buscar os alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ilhota, da rede municipal de Ensino e lavá-los aos atendimentos com a fonoaudióloga. Esses atendimentos foram realizados semanalmente nas dependências da Secretaria da Saúde do município de Pedras Grandes, pela fonoaudióloga durante o primeiro semestre.

No segundo semestre, conseguimos que a fonoaudióloga fosse atender os alunos na Unidade Escolar.

05- TROCA DE LIVROS NA ESCOLA OU CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS:

Durante o ano letivo ficou determinado um dia da semana para a Escola Municipal de Ensino Fundamental Ilhota e Escola Isolada Ribeirão D' Areia, ambas escolas da rede municipal de Ensino Fundamental dos Anos Iniciais - Nove Anos, a troca de livros de literatura infantil na mesma escola, onde os alunos levam o livro para casa e troca na semana seguinte.

Na Educação Infantil não é realizada a troca de livros, mas sim a contação de histórias, feitas pelas professoras de turma.

O objetivo deste trabalho é despertar o prazer da leitura e aguçar o potencial cognitivo e criativo do aluno, promovendo o desenvolvimento do vocabulário e possibilitando o acesso aos diversos tipos de leitura na escola, manuseando os livros ou ouvindo histórias.

06- PESAGEM E MEDIDAS DAS CRIANÇAS.

Trabalho realizado pela nutricionista da Educação, que pesa e mede as crianças no início e final de ano, acompanhando seu desenvolvimento. Foi realizado palestras e atividades nas escolas diretamente com os alunos onde expuseram os trabalhos realizados. Foi feito também a orientação com os pais dos alunos que apresentaram obesidade ou estão fora de peso e estatura para a sua idade.

A primeira pesagem foi no mês de abril e a segunda no mês de novembro.

Esse trabalho tem como objetivo a avaliação nutricional, pois a mesma é importante para avaliar o estado de saúde atual e futuro dos alunos e assim determinar os riscos de doenças crônicas antes que estas passam ocorrer.

III- Demonstrativo dos valores mensais repassados no exercício ao Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios, se for o caso:

| | Regime Geral | Regime Especial | Total |
|------------------|---------------------|------------------------|---------------|
| Janeiro | 0,00 | R\$219.344,70 | R\$219.344,70 |
| Fevereiro | 0,00 | 0,00 | |
| Março | 0,00 | 0,00 | |

| | | | |
|-----------------|------|------|---------------|
| Abril | 0,00 | 0,00 | |
| Mai | 0,00 | 0,00 | |
| Junho | 0,00 | 0,00 | |
| Julho | 0,00 | 0,00 | |
| Agosto | 0,00 | 0,00 | |
| Setembro | 0,00 | 0,00 | |
| Outubro | 0,00 | 0,00 | |
| Novembro | 0,00 | 0,00 | |
| Dezembro | 0,00 | 0,00 | |
| TOTAL | 0,00 | | R\$219.344,70 |

IV- Em relação ao desempenho da arrecadação, apresentar demonstrativos:

| | |
|--|-----------------------|
| a) Demonstrativo da Dívida Ativa do Município | |
| Saldo do ano anterior | R\$ 598.325,43 |
| Atualizações | R\$ 243.674,41 |
| Recebimentos | R\$ 33.946,14 |
| Cancelamentos (relação custo benefício da cobrança) | 0,00 |
| Renúncia Fiscal | 0,00 |
| Saldo em 31-12 | R\$ 808.053,70 |

| | |
|---|----------------------|
| b) Das ações de recuperação de créditos na instância judicial, com quantitativo e valor: | |
| Quantidade de ações ajuizadas | 20 |
| Valor ajuizado até o final do exercício | R\$ 26.107,75 |

Observação: O município no exercício 2016 não realizou ações para recuperação de créditos na instância judicial.

| | |
|--|-------------------|
| c) da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa e indicação das medidas adotadas para a recuperação de créditos nesta instância: | |
| Saldo da Dívida Ativa | 598.325,43 |
| Janeiro | 672.822,58 |
| Fevereiro | 676.705,27 |
| Março | 681.954,71 |
| Abril | 685.856,15 |
| Mai | 689.765,38 |

| | |
|-----------------|------------|
| Junho | 693.680,88 |
| Julho | 697.611,93 |
| Agosto | 701.547,91 |
| Setembro | 705.495,17 |
| Outubro | 709.471,03 |
| Novembro | 713.461,32 |
| Dezembro | 808.053,70 |

Observação: as medidas administrativas adotadas no exercício 2017 para a cobrança foram a entrega de notificações a domicílio

c) Das medidas adotadas para incremento das receitas tributárias e de contribuições:

O município de Pedras Grandes realiza o recadastramento de empresas. Mantem atualizado os dados dos imóveis que estão sendo construídos e reformados.

e) Das providências adotadas no combate à evasão e à sonegação de tributos;

Foi realizado notificações e o Refis.

f) Do montante das renúncias de receitas concedidas no exercício, por espécie prevista no Art. 14 § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal:(UM A UM)

| Lei que concedeu a renúncia de receita no exercício | Espécie | Público alvo | Valor concedido de renúncia |
|--|----------------|---------------------|------------------------------------|
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 737,00 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 280,35 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 374,32 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Aposentado | 33,92 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 4.217,27 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 330,22 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 119,94 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Aposentado | 34,75 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 183,66 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 1.409,20 |
| Código Tributário | IPTU | Rural | 2.235,30 |

| | | | |
|-------------------------------------|-------------|-------------------|-----------------|
| 379/94 | | | |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 549,20 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 320,36 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 500,90 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 1.060,53 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 231,21 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 324,95 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 109,83 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 2.624,74 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 284,71 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 1.841,78 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Aposentado | 28,99 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 767,66 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 883,22 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 59,67 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 195,51 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 535,42 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 724,21 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 830,52 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 1.410,36 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Aposentado | 36,05 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Aposentado | 24,02 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 2.811,26 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 1.438,89 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 2.697,70 |

| | | | |
|-------------------------------------|-------------|-------------------|-----------------|
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Aposentado | 17,50 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 66,99 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 293,46 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 1.061,46 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 555,80 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 444,78 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 238,03 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 861,52 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Aposentado | 14,50 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 429,45 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 52,16 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 762,96 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 539,52 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 2.825,10 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 481,02 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 1.926,44 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Aposentado | 33,43 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 1.297,56 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 1.194,32 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 211,11 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 571,65 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Aposentado | 566,21 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Aposentado | 663,07 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 906,07 |
| Código Tributário | IPTU | Aposentado | 16,30 |

| | | | |
|-------------------------------------|-------------|-------------------|-----------------|
| 379/94 | | | |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 714,24 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Aposentado | 31,07 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Aposentado | 19,44 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Aposentado | 17,72 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 111,33 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 258,80 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 434,95 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 2551,93 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 13,57 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 415,25 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 2.230,95 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 31,24 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 1933,21 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 191,62 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 153,24 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 247,89 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 378,50 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 308,57 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 316,06 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 653,87 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 1.254,42 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 180,82 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 538,93 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 1.053,19 |

| | | | |
|-------------------------------------|-------------|--------------|----------------------|
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 542,65 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 249,93 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 285,27 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 185,38 |
| Código Tributário 379/94 | IPTU | Rural | 315,12 |
| Total | | | R\$ 61.897,19 |

g) Dos créditos baixados em razão de prescrição: Não se aplicou ao exercício de 2017.

V - Demonstrativos dos indicadores fiscais da Lei Complementar nº 101/2000, relativos a despesas com pessoal, operações de crédito e endividamento e do cumprimento das metas fiscais, indicando as razões do não alcance das metas fiscais ou da extrapolação de limites, bem como indicação das medidas adotadas para melhoria da gestão e equilíbrio fiscal e para retorno aos limites:

Gastos com pessoal: 48,84% dentro do limite constitucional.

VI – Avaliação do cumprimento dos limites constitucionais de aplicação em Saúde, Educação e FUNDEB, previstos nos arts. 198 e 212 da Constituição Federal e Art. 60 do ADCT:

Aplicação em Saúde – Art. 198 CF:

| | |
|--|----------------------|
| Receitas de Impostos e Transferências de Impostos | |
| TOTAL | 12.265.060,70 |
| 15% a ser aplicado | 1.839.759,15 |
| Valor Aplicado | 2.462.000,00 |
| Percentual Aplicado % | 19,76% |

O Município elaborou os seus demonstrativos que demonstram a aplicação de 19,76% da receita resultante de impostos e transferências em Saúde, 622.240,85 superior ao mínimo ao ser aplicado.

Aplicação em Educação – Art. 212 CF:

| |
|---|
| Receitas de Impostos e Transferências de |
|---|

| Impostos | |
|-----------------------|----------------------|
| TOTAL | 12.265.060,70 |
| 25% a ser aplicado | 3.066.265,00 |
| Valor Aplicado | 4.342.970,03 |
| Percentual Aplicado % | 35,41% |

O Município elaborou os seus demonstrativos que demonstram a aplicação de 35,31% na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, sendo aplicado a maior o valor de R\$ 1.276.704,79.

Aplicação no FUNDEB – Art. 60 ADCT:

| Receitas do Fundeb | |
|---|---------------------|
| TOTAL | 1.227.441,91 |
| (+) Rendimentos de Aplicação Financeira | 0,00 |
| Valor Aplicado | 1.166.069,81 |
| Percentual Aplicado | 98,87% |

O Município elaborou os seus demonstrativos que demonstram a aplicação de 98,87% na Manutenção do FUNDEB.

VIII - Informação sobre o quantitativo de servidores efetivos na administração direta e indireta e em comissão não integrantes do quadro efetivo, em 31 de dezembro:

| PERÍODO | AGENTE POLÍTICO | SERVIDORES EFETIVOS | SERVIDORES EM COMISSÃO | CONSELHEIROS TUTELARES |
|----------------|------------------------|----------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Janeiro | 2 | 146 | 04 | 07 |
| Fevereiro | 2 | 169 | 08 | 06 |
| Março | 2 | 170 | 14 | 06 |
| Abril | 2 | 171 | 16 | 06 |
| Maio | 2 | 165 | 16 | 06 |
| Junho | 2 | 163 | 16 | 06 |
| Julho | 2 | 162 | 16 | 06 |
| Agosto | 2 | 160 | 16 | 05 |
| Setembro | 2 | 160 | 17 | 05 |
| Outubro | 2 | 160 | 17 | 05 |
| Novembro | 2 | 163 | 17 | 05 |

| | | | | |
|--------------|----------|------------|-----------|-----------|
| Dezembro | 2 | 158 | 15 | 05 |
| TOTAL | 2 | 158 | 15 | 05 |

De maneira geral o número de efetivos e contratados seguiram de acordo com as necessidades do exercício 2017.

IX - Informação sobre o quantitativo de contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, Constituição Federal), na administração direta e indireta, indicando as normas legais autorizativas, com indicação do valor anual:

| Período | Legislação | Motivação | Quantidade de Servidores | Valor Mensal |
|-----------|--|--|--------------------------|--------------|
| Janeiro | Lei 587/2001, Lei 010/2013, Lei 011/2014 | Ausência de servidores efetivos/ necessidade transitória de pessoal regular. | 16 | 39.308,04 |
| Fevereiro | Lei 587/2001, Lei 010/2013, Lei 011/2014 | Ausência de servidores efetivos/ necessidade transitória de pessoal regular. | 20 | 66.122,49 |
| Março | Lei 587/2001, Lei 010/2013, Lei 011/2014 | Ausência de servidores efetivos/ necessidade transitória de pessoal regular. | 22 | 72.120,05 |
| Abril | Lei 587/2001, Lei 010/2013, Lei 011/2014 | Ausência de servidores efetivos/ necessidade transitória de pessoal regular. | 23 | 66.135,49 |
| Maiο | Lei 587/2001, Lei 010/2013, Lei 011/2014 | Ausência de servidores efetivos/ necessidade transitória de pessoal regular. | 24 | 71.555,70 |
| Junho | Lei 587/2001, Lei 010/2013, Lei 011/2014 | Ausência de servidores efetivos/ necessidade transitória de pessoal regular. | 27 | 76.178,15 |
| Julho | Lei 587/2001, Lei 010/2013, Lei 011/2014 | Ausência de servidores efetivos/ necessidade transitória de pessoal regular. | 27 | 68.543,62 |
| Agosto | Lei 587/2001, Lei 010/2013, Lei 011/2014 | Ausência de servidores efetivos/ necessidade transitória de pessoal regular. | 28 | 71.848,31 |
| Setembro | Lei 587/2001, Lei | Ausência de servidores | 28 | 72.884,23 |

| | | | | |
|--------------|--|--|----|----------------------|
| | 010/2013, Lei 011/2014 | efetivos/ necessidade transitória de pessoal regular. | | |
| Outubro | Lei 587/2001, Lei 010/2013, Lei 011/2014 | Ausência de servidores efetivos/ necessidade transitória de pessoal regular. | 29 | 78.576,96 |
| Novembro | Lei 587/2001, Lei 010/2013, Lei 011/2014 | Ausência de servidores efetivos/ necessidade transitória de pessoal regular. | 28 | 144.427,15 |
| Dezembro | Lei 587/2001, Lei 010/2013, Lei 011/2014 | Ausência de servidores efetivos/ necessidade transitória de pessoal regular. | 26 | 75.843,54 |
| TOTAL | | | | R\$903.543,73 |

X - Informação sobre o quantitativo de contratos de estágio/bolsista com indicação dos valores mensal e anual:

O Município não realizou contratos de estágio/bolsista no exercício de 2017.

XI-Informações referentes aos contratos de terceirização de mão de obra na administração direta e indireta, com detalhamento dos postos de trabalho, respectivas funções e valores mensal e anual:

Contrato de Terceiros Pessoa Física

| | Função | Posto de Trabalho | Valor Mensal | Valor Anual |
|-----------|------------------------|-------------------------------------|--------------|-------------|
| Janeiro | - | - | - | - |
| Fevereiro | - | - | - | - |
| Março | - | - | - | - |
| Abril | - | - | - | - |
| Maio | - | - | - | - |
| Junho | Facilitador de Oficina | Serviço de Convivência de Pedrinhas | 432,00 | - |
| Julho | Facilitador de Oficina | Serviço de Convivência de Pedrinhas | 480,00 | - |

| | | | | |
|----------|------------------------|-------------------------------------|--------------|--------------|
| Agosto | Facilitador de Oficina | Serviço de Convivência de Pedrinhas | 3.648,00 | - |
| Setembro | Facilitador de Oficina | Serviço de Convivência de Pedrinhas | 1.824,00 | - |
| Outubro | Facilitador de Oficina | Serviço de Convivência de Pedrinhas | 2.736,00 | - |
| Novembro | - | - | - | - |
| Dezembro | - | - | - | - |
| Total | | | R\$ 9.120,00 | R\$ 9.120,00 |

Observação: Contratação de Terceiros através do Processo Licitatório nº 19/2017, valores inclui encargos da Previdência Social.

| INCISO XVII - Relação de convênios com União e Estado realizado no exercício e os pendentes de recebimento, indicando número do termo, data, valor acordado, valor repassado, valor a receber, respectivos restos a pagar inscritos em razão do convênio e demais informações pertinentes: | | | | | | | | |
|--|----------------------------|--------------------|--------------------|---------------------------------|----------------|-----------------|---------------------|--|
| Ente Federativo | Órgão/ Entidade Concedente | Número do Convênio | Data da assinatura | Valor previsto para o exercício | Valor recebido | Valor a receber | Despesas realizadas | Restos a pagar decorrentes do convênio |
| Gov. Federal | Ministério do Turismo | 820273/2015 | 30/11/2015 | 121.875,00 | 121.875,00 | 121.875,00 | 171.656,13 | 44.055,31 |
| Gov. Federal | Minist. da Agricultura | 828197 | 27/12/2016 | 100.000,00 | 100.000,00 | | 99.180,00 | |
| Gov. Federal | Minist. das Cidades | 829371/2016 | 30/12/2016 | 122.925,00 | 122.925,00 | 122.925,00 | 0 | |
| Gov. Federal | Minist. dos Esportes | 843575/2017 | 30/11/2017 | | | 253.500,00 | 0 | |
| Gov. Federal | Minist. das Cidades | 1022382-03/2014 | 30/12/2014 | 49.170,00 | 49.170,00 | xx | xx | |
| Gov. Estadual | ADR - Tubarão | 2017TR1889 | 24/11/2017 | 72.000,00 | | 144.000,00 | 0 | |
| Gov. Estadual | ADR - Tubarão | 2015TR002027 | 18/12/2015 | 485.645,00 | 485.645,00 | | 485.600,00 | |
| Gov. Estadual | ADR - Tubarão | 20160001095 | 10/06/2016 | 70.557,86 | 70.557,86 | | 70.554,38 | |
| Gov. Estadual | ADR - Tubarão | 2016TR000639 | 26/04/2016 | 49.994,33 | 49.994,33 | | 53.022,51 | |
| Gov. Estadual | ADR - Tubarão | 2016TR841 | 16/05/2016 | 50.000,00 | 50.000,00 | | 49.120,02 | |
| Gov. Estadual | ADR - Tubarão | 2016TR2457 | 07/10/2016 | 60.000,00 | 60.000,00 | | 59.974,93 | |

XIV - Relatório sobre eventos justificadores de situações de emergência ou calamidade pública, com os reflexos econômicos e sociais, bem como discriminação dos gastos extraordinários realizados pelo ente para atendimento específico ao evento, indicando número do empenho:

Não houve registros de situações de emergência ou calamidade pública no ano de 2017.

XV- Manifestação sobre as providências adotadas pelo Poder Público Municipal em relação às ressalvas e recomendações do Tribunal de Contas emitidas nos pareceres prévios dos 03 (três) exercícios anteriores:

| | | | |
|---|---|------------------|------------------|
| Exercício: | 2014 | Processo: | PCP -14/00170629 |
| Administrador: | Antonio Felipe Sobrinho | | |
| Ressalva ou recomendação | Providências adotadas | | |
| 6.2.1 Divergência no valor de R\$29.801,74, entre o Resultado Patrimonial apurado na DVP – Anexo 15 (2.111.504,09) e o saldo patrimonial do exercício corrente, apurado no Balanço Patrimonial - anexo 14 (10.956.160,77), deduzido o saldo patrimonial do exercício anterior (8.874.458,42) em afronta aos art. 104 e 105 da Lei 4320/64. | Foram tomadas as devidas providências para regularização. | | |
| 6.2.2 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso ao público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido nos artigos 48-A. da Lei Complementar 101/2000. | Foram tomadas as devidas providências para regularização. | | |
| 6.2.3 Contabilização indevida das receitas de capital como receitas correntes, no valor de R\$120.000,00, resultando num aumento aparente da Receita Corrente Líquida e, conseqüentemente, redução no percentual de gastos de pessoal do período, evidenciando inconsistências dos registros contábeis e ausência de transparência na gestão pública, em desacordo aos artigos 1 e 2 da Lei Complementar 101/2000. | Foram tomadas as devidas providências para regularização. | | |
| 6.2.4 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o art 1º2º, e, da Resolução TC nº 77/2013. | Foram tomadas as devidas providências para regularização. | | |

| | | | |
|-------------------|-------------|------------------|-----------------|
| Exercício: | 2015 | Processo: | PCP-16/00149992 |
|-------------------|-------------|------------------|-----------------|

| | | |
|---|--|--|
| Administrador: | Antonio Felipe Sobrinho | |
| Ressalva ou recomendação | Providências adotadas | |
| 6.2.1 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso ao público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido nos artigos 48-A. da Lei Complementar 101/2000. | Foram adotadas as devidas providências para regularização. | |

| | | | |
|--|--|------------------|-----------------|
| Exercício: | 2016 | Processo: | PCP-17/00114619 |
| Administrador: | Antonio Felipe Sobrinho | | |
| Ressalva ou recomendação | Providências adotadas | | |
| 9.1.1 Realização de despesas, no montante de R\$ 16.727,33, de competência do exercício de 2016 e não empenhadas na época própria, em desacordo com os artigos 35, II, 60 e 85 da Lei nº 4.320/64 (itens 3.1 – quadro 02-A e 4.2 – quadro 11-A e fl. 156 dos autos). | Foram adotadas as devidas providências para regularização. | | |

XVI - Demonstrativo dos valores arrecadados decorrentes de decisões do Tribunal de Contas que imputaram débito a responsáveis, individualizados por título, com indicação das providências adotadas em relação aos títulos pendentes de execução para ressarcimento ao erário:

Não há títulos pendentes de execução para ressarcimento ao erário no exercício de 2017.

XVII – Avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias previstas na Lei (federal) nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE) e no Plano Municipal de Educação (PME):

A avaliação foi realizada no prazo estabelecido pelo Tribunal de Contas no ano de 2016.

XVIII -Outras informações previamente solicitadas pelo Tribunal de Contas:

Os questionários e as informações solicitadas no exercício 2017 foram respondidos conforme solicitado.

O presente relatório expressa a verdade do qual me reporto e dou fé.

Município de Pedras Grandes, em 31 de Dezembro de 2017.

Aline Pignatel

Responsável pelo Controle Interno